



1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE GESTÃO COM
2 PESSOAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
3 REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2019
4

5 Aos dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove, nesta cidade de São
6 Paulo, à Rua Sena Madureira, 1500, no Anfiteatro do Térreo da Reitoria da Unifesp,
7 reuniram-se os senhores membros do Conselho de Gestão Com Pessoas da UNIFESP,
8 sob a presidência do Prof. Dr. Murched Omar Taha. Estiveram presentes os membros:
9 Sr. Ederson Luiz Silva (Técnico Administrativo em Educação), Sr.^a Eliane Lino dos
10 Santos (Técnico Administrativo em Educação), Prof. Dr. Filipe de Oliveira (Professor),
11 Prof.^a Dr.^a Gabriela de Brelaz (Professor), Prof.^a Dr.^a Isabel Cristina Cespedes
12 (Professor), Sr.^a Janete Cristina Melo Marques (Diretora Administrativa do Campus
13 Guarulhos), Sr.^a Karla Nieva (Técnico Administrativo em Educação), Sr. Linus Jan No
14 (Estudante), Prof.^a Dr.^a Magali Aparecida Silvestre (Diretora Acadêmica do Campus
15 Guarulhos), Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Ferreira Queiroz (Professor), Sr.^a Maria José
16 Conceição dos Santos (Coordenadora da CIS), Prof.^a Dr.^a Nildes Raimunda Pitombo
17 Leite (Professor), Sr. Paulo Cesar Pereira Guimarães (Técnico Administrativo em
18 Educação), Sr. Rubens Faria Lima (Diretor do Departamento Recursos
19 Humanos/ProPessoas), Sr.^a Sandra Maria de Souza Silva (Diretora Administrativa do
20 Campus Diadema), Prof.^a Dr.^a Sylvia Helena Souza da Silva Batista (Diretora
21 Acadêmica do Campus Baixada Santista), Prof.^a Dr.^a Tania Terezinha de Oliveira
22 Scudeller (Professor), Prof. Dr. Thiago Martini Pereira (Professor). Sr. Norberto Silva
23 Lobo (Pró-Reitor Adjunto de Gestão com Pessoas). Foram substituídos ou enviaram
24 representantes: Sr. Jose Lúcio Soriano (Técnico Administrativo em Educação) que
25 seria substituído por Sr. Crystian Mauro Etzel Rats (Técnico Administrativo em
26 Educação); porém, Sr. Crystian Mauro Etzel Rats também justificou e foi substituído
27 por: Sr.^a Janaina Rusteika Lopes (Técnico Administrativo em Educação); Prof.^a Dr.^a
28 Emilia Inoue Sato, Diretora Acadêmica da Escola Paulista de Medicina, representada
29 pela Prof.^a Dr.^a Roseli Giudici; Prof.^a Dr.^a Rosana Fiorini Puccini, Diretora Acadêmica
30 do Campus São Paulo, representada pelo Prof. Dr. Rudolf Wechsler, Sr.^a Sinara
31 Farago, Diretora Administrativa do Campus São Paulo, representada pela Sr.^a Sedna
32 Amália, Prof.^a Dr.^a Janine Schirmer (Diretora Acadêmica da Escola Paulista de
33 Enfermagem), representada pela Prof.^a Dr.^a Maria Magda Ferreira Gomes Balieiro,
34 Prof. Dr. Dário Santos Júnior, representado pelo Prof. Dr. Flaminio de Oliveira Rangel.





35 Justificaram ausência: Sr.^a Melissa Elaine Campos dos Santos, Prof.^a Ana Paula
36 Santiago do Nascimento, Prof.^a Dr.^a Luciana Massaro Onusic (Diretora Acadêmica do
37 Campus Osasco), Prof. Dr. Helio Egydio Nogueira (Diretor do Departamento de Saúde
38 do Trabalhador). Não justificaram ausência: Sr.^a Cintia Boaretto de Lima Carloto
39 (Técnico Administrativo em Educação), Sr.^a Debora Nunes Lisboa (Diretora
40 Administrativa do Campus São José dos Campos), Sr. Emerson Stefanoviciaus D'Anela
41 (Diretor Administrativo do Campus Baixada Santista), Sr. Francisco Eris Cunha
42 (Técnico Administrativo em Educação), Prof. Dr. Horacio Hideki Yanasse (Diretor
43 Acadêmico do Campus São José dos Campos), Prof.^a Dr.^a Isis Machado Hueza
44 (Coordenadora da CPPD), Sr.^a Juliana Mateusa Meira Cruz (Diretora Administrativa do
45 Campus Osasco), Sr. Milton Santo da Silva (Técnico Administrativo em Educação),
46 Prof. Dr. Pedro Fiori Arantes (Pró-reitor de Planejamento), Prof. Dr. Rimarcs Gomes
47 Ferreira (Presidente do Conselho Gestor do Hospital Universitário), Sr.^a Tania Mara
48 Francisco (Pró-reitora de Administração). Participaram da reunião como convidados:
49 Sr.^a Adriana Aparecida Franco, Sr.^a Fabiana Gianelli, Sr. Fernando Ramos Martins,
50 Prof.^a Dr.^a Ieda Maria Longo Maugeri, Sr.^a Larissa Fiorentini, Sr.^a Liliane Cruz Melo,
51 Sr.^a Maria da Soledade Bonfim Veltri, Sr.^a Marli Fortunatti, Sr.^a Marta Valladares, Sr.^a
52 Paula Garcia, Sr.^a Silvia Teresa Acedo. Todos assinaram a folha de frequência e foi
53 constatado quorum com 20 presentes. O presidente do Conselho de Gestão com
54 Pessoas, Prof. Dr. Murched Omar Taha, deu início à reunião com os **informes. 1.**
55 **Programa de Capacitação.** Retirado de pauta. **Inversão: 4. Concurso Público**
56 **Edital 105/2018.** O presidente informou que foi concluído o concurso público Edital
57 105/2018, que a ProPessoas não podia dar posse aos aprovados durante o ano de 2018
58 porque era ano eleitoral, então fizeram todo o possível para dar posse entre os dias 02
59 e 03 de janeiro de 2019. Foram feitos os exames admissionais entre novembro e
60 dezembro de 2018, antes da nomeação e da posse, foram encaminhados com dez dias
61 de antecedência para o Diário Oficial, no dia 02 de janeiro de 2019 saíram as
62 nomeações e no dia 03 de janeiro a ProPessoas começou a dar posse aos novos
63 servidores. Inicialmente o edital foi aberto para o preenchimento de 91 ou 92 vagas.
64 Com as aposentadorias e exonerações no decorrer do ano de 2018 já deram posse a
65 quase 200 servidores. **Inversão: 5. Insalubridade.** O presidente informou que a
66 Unifesp foi a única instituição que conseguiu cumprir a exigência do governo e migrar
67 do sistema anterior para o atual. Foi preciso muito trabalho entre outubro e dezembro
68 de 2018 para fazer essa migração acontecer. Informou ainda que, com essa migração





69 rápida, pode ter havido alguns erros, casos em que um ou outro servidor possa não
70 estar incluído nessa lista; mas os erros serão corrigidos. Convidada para apresentar o
71 informe, a Prof.^a Dr.^a Ieda Longo Maugeri explicou que o processo começou no início
72 de 2018. A Comissão de Insalubridade foi instituída com a finalidade de responder
73 apontamentos da Controladoria Geral da União (CGU) com relação aos adicionais de
74 insalubridade. A pedido da reitora a comissão teve a tarefa de rever as concessões de
75 insalubridade com maior transparência, bem como de responder à CGU. Um dos
76 principais questionamentos da CGU era em relação aos servidores ligados às
77 atividades-meio recebendo adicionais de insalubridade. A CGU detectou por volta de
78 400 servidores nessa situação. Quando os primeiros adicionais começaram a ser
79 revistos, veio a notícia do governo de que estavam lançando um módulo de vigilância
80 em saúde dentro do SIASS e a Unifesp deveria migrar todos os servidores até
81 dezembro, se isso não fosse feito os servidores iriam deixar de receber. A comissão
82 teve que rever todos os processos de insalubridade e migrar por volta de 3.000
83 servidores. Nesse processo a comissão fez revisão de concessões, avaliando as pessoas
84 que são lotadas no hospital, servidores que têm uma exposição maior, etc. Enquanto
85 isso foram chegando pedidos novos que foram se acumulando, ao longo do tempo
86 alguns foram sendo concedidos e outros não. A professora informou que, como o
87 sistema é totalmente transparente e dentro das leis vigentes, as pessoas que vão
88 receber são as que de fato se encaixam dentro das normas e da lei, não tem como fugir
89 disso. Além disso, com a migração para o novo sistema aconteceram algumas
90 mudanças de categoria de insalubridade ou perdas automáticas e não deu tempo de
91 informar os servidores das alterações que iam acontecer. Porém, os servidores estão
92 sendo chamados para explicar por que perderam a insalubridade ou por que houve a
93 mudança de categoria. Informou também que o SESMT está elaborando um passo a
94 passo explicando todas as normas do governo para a concessão da insalubridade. Por
95 fim, informou que quem se sentir lesado pode pedir uma revisão do adicional. O Prof.
96 Dr. Rudolf Wechsler, representante da Conselheira Rosana Puccini, Diretora
97 Acadêmica do Campus São Paulo, perguntou se é possível ter uma noção do número
98 dos que perderam ou modificaram o estatuto da insalubridade. A Prof.^a Ieda Maugeri
99 respondeu que o RH está fazendo esse levantamento, mas no momento não tem como
100 precisar números, sabe apenas que a maioria dos que perderam foram servidores
101 ligados a atividades-meio. Disse também que o governo quer reduzir o número de
102 concessões de insalubridade e está limitando as categorias do que é insalubre. Os





103 servidores que se encontravam em desvio de função não conseguiram continuar
104 recebendo insalubridade com a implantação do novo sistema. Mesmo que o servidor
105 esteja em um setor insalubre, se ele estiver ligado a funções administrativas o sistema
106 não permitirá que receba a insalubridade. A Conselheira Maria José Conceição dos
107 Santos questionou sobre o mapeamento dos ambientes organizacionais, mencionou o
108 momento da elaboração e aprovação do projeto do Plano de Carreira, que foi baseado
109 no CBO, mencionou ainda o fato de a Unifesp ter um hospital universitário que não é
110 público de direito, conforme diz a lei dos HUs que são federalizados e defendeu a
111 necessidade de discutir, baseado na Lei 11091 e no CBO, as atividades fim e meio
112 desta universidade, pois as universidades têm o afazer acadêmico igual mas dentro da
113 área administrativa afazeres diferentes, o que para algumas universidades o que vai
114 ser cargo final para a Unifesp é cargo meio. A Prof.^a Ieda Maugeri solicitou esclarecer
115 que esse mapeamento foi feito, mas uma discussão maior precisa ser levada a Brasília,
116 porque o sistema faz corte por cargo, um servidor que tem cargo administrativo tem a
117 insalubridade cortada automaticamente, e aí cabe uma discussão maior, em nível
118 nacional. A Conselheira Conceição defendeu a necessidade de fazer o mapeamento dos
119 ambientes com a correlação de dimensionamento e a CIS, pois o último foi feito em
120 março de 2015, agora são necessários reajustes ou cortes considerando os cargos que
121 foram extintos. **Inclusão de informe:** O presidente apresentou o novo conselheiro
122 eleito entre os discentes, Linus Jan No, aluno residente de Patologia, e lhe desejou
123 boas-vindas. **3. Mudanças no SESMT.** O presidente informou que, com a
124 aposentadoria do antigo coordenador, Drr. Antonio Zechinatti, assumiu a chefia a Dr.^a
125 Larissa Fiorentini. Informou ainda que haverá mudanças conceituais no SESMT, antes
126 havia 21 servidores públicos e 23 servidores do setor privado, que eram da SPDM, mas
127 agora o SESMT tem apenas servidores públicos e vai atender somente o servidor
128 público. Então está havendo uma reorganização e reestruturação SESMT, e a
129 ProPessoas está tentando trazer mais médicos do trabalho para o setor. A Dr.^a Larissa
130 Fiorentini, presente na reunião a pedido do presidente, se apresentou e informou que ,
131 em relação à insalubridade, trabalhará na divulgação transparente dos resultados. O
132 presidente acrescentou que as maiores demandas do SESMT em relação a perícia
133 estão ligadas a psiquiatria e ortopedia e está tentando, junto aos departamentos de
134 psiquiatria e ortopedia, um apoio ao SESMT no sentido de colocar à disposição uma
135 equipe para ajudar nas perícias. Informou ainda que algumas coisas serão
136 modificadas, por exemplo, atestados trazidos pelo servidor diretamente do seu médico





137 particular não eram avaliados, eram apenas referendados, e agora o servidor passará
138 pela perícia da própria instituição. **Inclusão:** A Conselheira Maria de Fátima Ferreira
139 Queiroz informou que desde que foi eleita conselheira as reuniões acontecem no
140 mesmo horário em que dá aulas de graduação e as aulas vão começar em maio do
141 corrente ano, então ela só poderá vir até abril. Se for um problema que afeta outras
142 pessoas, sugeriu a possibilidade de pensar um outro dia e horário para as reuniões. **2.**
143 **CISSP.** O Pró-Reitor Adjunto Norberto Lobo informou que a comissão eleitoral cuja
144 criação foi aprovada no ConPessoas de setembro de 2018 conseguiu, com a anuência
145 do Conselho Universitário, inserir a eleição para escolha dos membros da CISSP no
146 último processo eleitoral da Unifesp e, muito embora o mandato dessa comissão seja
147 de dois anos, o mandato foi reduzido para um ano, porque por volta de agosto ou
148 setembro de 2019 haverá processo eleitoral para os órgãos colegiados centrais e
149 poderão ser escolhidos novos membros ou preenchidas as vagas que não foram, para
150 os *campi* que não têm representação. Das 42 vagas foram preenchidas 13. A comissão
151 eleita fará sua primeira reunião dia 13 de fevereiro de 2019. **Inclusão:** A Conselheira
152 Maria José Conceição informou que nesse processo eleitoral houve eleição também
153 para a Comissão Interna de Supervisão de Carreira (CIS), para preenchimento de
154 vagas dos campi que estavam sem representação: Baixada Santista, Diadema, São José
155 dos Campos, Osasco e Reitoria. Infelizmente só foram eleitos dois membros, um da
156 Reitoria e um da Baixada Santista, os demais continuam sem representação. Lembrou
157 que a CIS tem as comissões locais de estágio probatório e o membro representante do
158 campus deve participar, orientar e trabalhar com essa comissão, e quando não elege
159 representantes os servidores ficam prejudicados. Ressaltou a importância de que, no
160 final do mandato em 2020, os campi façam o possível para eleger o seu representante.
161 **Ordem do dia. Inversão. 3. Aprovação do convênio com Centro Paula Souza.** O
162 Pró-Reitor Adjunto Norberto Lobo informou que, para acelerar a celebração do
163 convênio do ponto de vista burocrático, a Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas indicou
164 a Conselheira Nildes Raimunda Pitombo Leite, diretora do Departamento de
165 Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (DDGP/ProPessoas), como coordenadora do
166 convênio, *ad referendum* do conselho. A Pró-Reitoria de Administração submeteu o
167 processo à Procuradoria da Unifesp e esta apontou que a indicação da professora
168 deveria ser aprovada no Conselho. Apesar de o presidente da mesa ter sugerido a
169 aprovação do convênio para a próxima reunião, uma vez que a minuta de celebração
170 não foi encaminhada aos conselheiros, o Pró-Reitor Adjunto sugeriu aprovar a





171 indicação da professora agora apenas para que o processo do contrato não fique
172 parado aguardando, pois o convênio precisa seguir para assinatura e finalização, como
173 foi indicado pelo procurador. O Conselheiro Paulo Cesar Pereira Guimarães destacou a
174 importância de passar a questão adiante por causa da necessidade de certificação dos
175 profissionais de enfermagem. O Conselheiro Ederson Luiz Silva solicitou
176 esclarecimento sobre o convênio. O presidente explicou que é um convênio com o
177 Centro Paula Souza para capacitação de auxiliares de enfermagem, para que possam
178 trabalhar em setores de alta complexidade do Hospital Universitário, que é da
179 competência do técnico de enfermagem. O Pró-reitor Adjunto informou que turmas
180 seriam formadas para serem certificadas pelo Centro Paula Souza. A Prof.^a Dr.^a Maria
181 Magda Balieri, representante da Conselheira Janine Schirmer, Diretora da Escola
182 Paulista de Enfermagem, questionou como fica a situação porque isso trará uma
183 qualificação para os profissionais de enfermagem e uma melhora no atendimento aos
184 pacientes do hospital, mas ao migrar de auxiliar para técnico ele não vai ter isso
185 enquanto carreira, aqueles que forem servidores. O presidente esclareceu que em
186 2017 houve uma denúncia de desvio de função por constatarem que auxiliares de
187 enfermagem estavam trabalhando em setores de alta complexidade. Então a
188 Procuradoria Geral da União convocou a Pró-Reitoria, junto com a direção do HU e a
189 direção de Enfermagem em reunião em duas oportunidades e ficou acordado que,
190 sendo capacitados, esses profissionais poderão trabalhar no setor de alta
191 complexidade e será descaracterizado o desvio de função. O Conselheiro Paulo Cesar
192 Pereira Guimarães esclareceu que houve essa grande demanda de auxiliares de
193 enfermagem em setores críticos, que precisariam sair. Visando corrigir a situação,
194 buscou-se capacitar esses profissionais. O Instituto Paula Souza se prontificou a
195 capacitá-los através de prova e não de um curso e, uma vez comprovando as
196 habilidades e passando na prova, os auxiliares de enfermagem receberiam a
197 certificação. O grande ganho é que o celetista terá a vantagem de estar qualificado e
198 dentro do hospital até subir porque não passa por questões de concurso. Ao servidor
199 está sendo bem esclarecido que ele não terá uma ascensão de cargo, eles estarão
200 capacitados, podendo, aqueles que têm grande interesse, manter-se numa UTI, pois já
201 estarão capacitados; a vantagem é poder atuar nesse setor. O presidente mencionou
202 que muitos servidores que foram retirados do setor de alta complexidade se sentiram
203 incomodados com essa situação, porque mesmo sendo de alta complexidade eles
204 estavam satisfeitos com o serviço que estavam fazendo. A conselheira Conceição





205 informou que a CIS realizou reuniões, junto com a diretoria de Enfermagem, com a
206 participação de todos os auxiliares envolvidos, nos turnos da manhã, tarde e noite, e
207 ficou esclarecido e eles têm plena consciência de que não terão ascensão funcional. O
208 Prof. Dr. Rudolf Wechsler sugeriu, diante da ausência de comentários contrários e
209 para agilizar o processo, aprovar o convênio e a indicação da Conselheira Nildes
210 Pitombo como coordenadora. O presidente acatou a sugestão e colocou em votação,
211 informou ainda que o convênio seria encaminhado aos conselheiros posteriormente. O
212 convênio e a indicação da coordenadora foram aprovados pela unanimidade dos
213 presentes. Inversão de pauta. **4. Aprimoramento do instrumento de avaliação do**
214 **estágio probatório.** A Prof.^a Dr.^a Izabel Meister, convidada pelo presidente para
215 apresentar o ponto, informou que, após a apresentação inicial do problema do
216 instrumento de avaliação do estágio probatório dos TAEs em reunião conselho em
217 junho de 2018, ouvidas as sugestões dos conselheiros, a equipe amadureceu a ideia e
218 está trazendo novamente para tentar finalizar esse processo. Explicou que é feita uma
219 avaliação do servidor em estágio probatório aos doze meses, aos vinte e quatro meses
220 e aos trinta e dois meses. Na etapa um é feita uma avaliação pela chefia e uma auto
221 avaliação com o mesmo peso. A partir segunda etapa há uma diferenciação de pesos
222 entre a avaliação da chefia e a auto avaliação: a avaliação da chefia passa a ter peso 2
223 e a auto avaliação continua com peso 1 e assim se mantêm os pesos na terceira etapa.
224 O resultado da avaliação é a soma da etapa 1 com peso 1, da etapa 2 com peso 2 e da
225 etapa 3 com peso 3 dividido por seis. Para ser apto a continuar no serviço público o
226 resultado da avaliação tem que ser superior a 2.6. É considerado insatisfatório o
227 servidor que atingir nota entre 1 e 1.5. Há ainda as categorias pouco satisfatório,
228 satisfatório e plenamente satisfatório. Os critérios avaliados são assiduidade,
229 disciplina, iniciativa, produtividade e responsabilidade. Explicou que foi constatado
230 que, para apontar a situação apto, o instrumento se comporta muito bem; porém, tem
231 se mostrado difícil de apontar a situação de inapto. A professora apresentou um caso
232 real em que no primeiro ano a auto avaliação e a avaliação da chefia foram iguais, mas
233 no segundo e terceiro ano houve uma queda da avaliação da chefia e mesmo assim ele
234 ainda se tornou apto. Apresentou ainda uma segunda avaliação em que, desde a
235 primeira etapa, há uma grande discrepância entre as notas da chefia e as notas de
236 auto avaliação e, simulando os mesmos resultados nas etapas posteriores, ainda assim
237 o servidor será computado como apto pelo instrumento. Então a dificuldade do
238 instrumento é indicar quando o servidor é inapto. Algumas propostas são: alterar o





239 peso da chefia na primeira avaliação, alterar pesos de campos como produtividade e
240 responsabilidade, ou alterar a nota de corte. A partir daí foram uma série de
241 simulações trabalhando com essas duas possibilidades: alteração do peso da chefia na
242 primeira avaliação e alteração da nota de corte para 2,8. Em uma auto avaliação com
243 nota extrema alta e avaliação da chefia com peso mais próximo do baixo, ao alterar o
244 peso da avaliação da chefia para peso 2, a equipe conseguiu chegar ao resultado
245 inapto. Ressaltou que se esse resultado aparece numa primeira etapa ela deve ser
246 trabalhada com o servidor num primeiro momento. Lembrou que uma das colocações
247 feitas na reunião anterior com os conselheiros foi: “por que não deixar o peso maior no
248 final? ” E explicou que talvez não dê o retrato a tempo de corrigi-lo, melhorá-lo; se fica
249 para a última avaliação esta evidência de uma dificuldade maior do servidor
250 fatalmente ele será cortado, quando, se ele tivesse essa avaliação mais rígida na
251 primeira avaliação teríamos esse tempo para construir um processo de melhora dele,
252 com inúmeras possibilidades, desde a conversa, o diálogo e várias outras coisas que
253 podem auxiliar. Se os conselheiros aprovarem a proposta de alterar o peso da
254 avaliação da chefia na primeira etapa para peso 2 já teríamos a implantação prevista
255 para outubro, porque depende não somente da aprovação do conselho, mas de uma
256 alteração no sistema, porque ele é todo automatizado. A Conselheira Maria José
257 Conceição mencionou que a CIS esteve com a servidora Silvia Acedo (DDGP), que
258 trabalha diretamente com a avaliação do estágio probatório, que fez reunião nos campi
259 para discutir esse instrumento, que verificou muitos problemas durante a avaliação do
260 servidor, principalmente o fato de o servidor ser avaliado já chegando na terceira
261 etapa, quando não há mais tempo de propor planos de trabalho e a situação fica
262 insustentável. Mencionou também avaliações em que o servidor é considerado
263 insatisfatório menos por causa do servidor, do que por desconhecimento da chefia
264 imediata, defendeu que a chefia deve estar presente enquanto chefia. Destacou a
265 seriedade do instrumento de avaliação, uma vez que pode prejudicar o servidor em
266 relação a sua produtividade e lembrou que estágio probatório é a primeira etapa para
267 a avaliação de desempenho que futuramente será implantada. Disse que na sua
268 opinião ficou um mecanismo bom e que, quando o servidor estiver percebendo que ele
269 já está findando a primeira etapa e ele não foi avaliado, que ele deve chamar a chefia
270 imediata e avisar que não foi avaliado. Disse ainda que o plano de trabalho deve ser
271 conjunto, chefia e servidor devem participar. O presidente colocou em votação a
272 modificação alterar o peso da avaliação da chefia na primeira etapa para peso 2, que





273 foi aprovada por unanimidade dos presentes. **1. Aprovação das atas de 04 de**
274 **setembro de 2018 e 30 de outubro de 2018.** A Conselheira Eliane Lino solicitou
275 constar na ata de 30 de outubro de 2018 que ela estava presente. O Conselheiro
276 Ederson Luiz Silva observou que teve diversas falas que foram contrárias ao que foi
277 falado que não constam na ata, dele mesmo, do Conselheiro Paulo Cesar Guimarães,
278 da Conselheira Maria José Conceição e solicitou que fossem incluídas. A Conselheira
279 Maria José Conceição pediu para incluir o comentário dela na ata de 30 de outubro, no
280 momento da discussão sobre a IN 02, em relação aos abonos, que a concessão dos
281 abonos foi aprovada em conselho, e que isso foi uma conquista dos servidores. E que o
282 conselho aqui referendou por consenso que, até se implementar o novo sistema, que
283 nada seria alterado. Solicitou que conste também em ata seu encaminhamento em
284 relação à resolução 04, de convocar uma reunião com os membros que trabalharam na
285 elaboração do documento à época, para fazer um estudo da Resolução 04, para ver
286 quais pontos estão em consonância com a IN 02. A conselheira reenviou o mesmo
287 encaminhamento. O presidente sugeriu aprovar a ata de 04 de setembro de 2018 e
288 deixar a ata de 30 de outubro de 2018 para a próxima reunião. A Conselheira Maria
289 José Conceição questionou se também está aprovado o seu encaminhamento de
290 convocar a comissão para discutir a IN. O presidente informou que quando a IN 02 foi
291 divulgada a Pró-Reitoria retirou da Procuradoria o processo que contém a minuta de
292 Resolução de jornada de trabalho aprovada no conselho, uma vez que será preciso
293 adaptá-la; informou que aquela instrução normativa que foi aprovada pelo conselho
294 será adaptada à instrução normativa 02/2018. Informou ainda que, enquanto não
295 houver uma definição do sistema que o governo vai disponibilizar, e enquanto toda a
296 instrução normativa 02 não estiver em funcionamento, não vamos mexer na resolução.
297 A Conselheira Maria José Conceição questionou se, quando o instrumento
298 informatizado chegar, a comissão será chamada novamente. O presidente concordou.
299 O Conselheiro Paulo Cesar Guimarães solicitou que constem em ata suas observações
300 questionando a participação deste conselho na instrução normativa 02, pois embora o
301 presidente tivesse dito na última reunião que o conselho não teria que deliberar nada
302 com relação a isso, queria que constasse que gostaria, enquanto conselheiro, que isso
303 fosse discutido. A ata de 04 de setembro de 2018 foi aprovada por unanimidade e a ata
304 de 30 de outubro de 2018 foi retirada de pauta para alterações e submissão ao
305 conselho na próxima reunião. **2. Homologações, aberturas e cancelamentos de**
306 **concursos públicos e Processos Seletivos Simplificados. 2.1. Abertura de**





307 **Concursos Públicos. Campus Diadema.** Área/Subárea Bioquímica/Básica e Clínica.
308 01 vaga. Aprovado ad referendum. Área/Subárea Ensino/Ensino de Ciências e Biologia.
309 01 vaga. Aprovado ad referendum. **Campus São Paulo.** Área/Subárea Biofísica. 01
310 vaga. Aprovado ad referendum. Área/Subárea Medicina III/Ginecologia - Ginecologia
311 Geral - Endoscopia Ginecológica. 01 vaga. Aprovado ad referendum. Área/Subárea
312 Ciências da Saúde/Audiologia. 01 vaga. Aprovado ad referendum. Área/Subárea
313 Otorrinolaringologia/Otologia - Otoneurologia. 01 vaga. Aprovado ad referendum.
314 Área/Subárea Enfermagem/Saúde Coletiva. 01 vaga. Aprovado ad referendum.
315 Área/Subárea Ciências da Saúde - Medicina/Medicina Legal. 01 vaga. Aprovado ad
316 referendum. Área/Subárea Ciências da Saúde/Patologia Humana Básica. 01 vaga.
317 Aprovado ad referendum. Área/Subárea Ciências da Saúde - Medicina/Anatomia
318 Patológica - Patologia Humana Hepática. 01 vaga. Aprovado ad referendum.
319 Área/Subárea Ciências da Saúde - Medicina/Anatomia Patológica - Patologia de
320 Cabeça e Pescoço. 01 vaga. Aprovado ad referendum. Área/Subárea Ciências da Saúde
321 - Medicina - Anatomia Patológica - Ginecopatologia. 01 vaga. Aprovado ad
322 referendum. Área/Subárea Enfermagem/Enfermagem em Saúde Mental. 01 vaga.
323 Aprovado ad referendum. Área/Subárea Medicina/Radioterapia. 01 vaga. Aprovado ad
324 referendum. Área/Subárea Ciências da Saúde/Motricidade Orofacial. 01 vaga.
325 Aprovado ad referendum. Área/Subárea Ciências da Saúde/Voz. 01 vaga. Aprovado ad
326 referendum. Área/Subárea Ciências da Saúde/Educação Especial. 01 vaga. Aprovado
327 ad referendum. Área/Subárea Odontologia/Odontologia Hospitalar. 01 vaga. Aprovado
328 ad referendum. Área/Subárea Enfermagem/Administração em Serviços de Saúde e
329 Enfermagem. 01 vaga. Aprovado ad referendum. Área/Subárea Ciências da Saúde ou
330 Ciências Humanas ou Educação/Educação Especial. 01 vaga. Aprovado ad referendum.
331 Área/Subárea Medicina/Infectologia. 01 vaga. Área/Subárea Medicina/Cardiologia. 01
332 vaga. **Campus São José dos Campos.** Área/Subárea Engenharia
333 Biomédica/Instrumentação Odontológica e Médico-Hospitalar. 01 vaga. Aprovado ad
334 referendum. Área/Subárea Engenharia Elétrica/Circuitos Eletrônicos e Controle de
335 Processos Eletrônicos, Retroalimentação. 02 vagas. Aprovado ad referendum.
336 Área/Subárea Ciência da Computação/Sistema da Computação e Hardware. 01 vaga.
337 Aprovado ad referendum. **Campus Osasco.** Área/Subárea Direito/Direito Processual
338 Penal. 01 vaga. Aprovado ad referendum. Área/Subárea Direito/Direito Processual
339 Civil. 01 vaga. Aprovado ad referendum. Área/Subárea Direito/Fundamentos do Direito
340 Privado. 01 vaga. Aprovado ad referendum. Área/Subárea Direito/Direito Empresarial.





341 01 vaga. Aprovado ad referendum. Área/Subárea Direito/Instituições de Direito Civil.
342 01 vaga. Aprovado ad referendum. Área/Subárea Relações Internacionais/Pensamento
343 Político e Política Internacional. 01 vaga. Aprovado ad referendum. Área/Subárea
344 Ciências Atuariais/Matemática Atuarial Não Vida. 01 vaga. Aprovado ad referendum.
345 Área/Subárea Ciências Atuariais/Modelagem Computacional. 01 vaga. Aprovado ad
346 referendum. Área/Subárea Ciências Atuariais/Atuarial Aplicada. 01 vaga. Aprovado ad
347 referendum. Área/Subárea Ciências Contábeis/Sistemas de Informações Contábeis. 01
348 vaga. Aprovado ad referendum. Área/Subárea Administração/Gestão de Negócios e
349 Processos. 01 vaga. Aprovado ad referendum. Área/Subárea Formação
350 Científica/Métodos Quantitativos. 01 vaga. Aprovado ad referendum. Área/Subárea
351 Ciências Contábeis/Métodos Quantitativos Aplicados ao Mercado Financeiro. 01 vaga.
352 Aprovado ad referendum. Área/Subárea Relações Internacionais/África e Oriente
353 Médio. 01 vaga. Aprovado ad referendum. Área/Subárea Administração/Administração
354 de Marketing. 01 vaga. Aprovado ad referendum. Área/Subárea
355 Economia/Desenvolvimento Econômico: Urbano e Ambiental. 01 vaga. Aprovado ad
356 referendum. Área/Subárea Ciências Sociais Aplicadas/Governança Pública e Privada.
357 01 vaga. Aprovado ad referendum. Todas as aberturas de concurso foram aprovadas
358 por unanimidade. **2.2. Abertura de Processos Seletivos Simplificados.**
359 Área/Subárea Relações Internacionais/Relações Econômicas Internacionais. 01 vaga.
360 Aprovado ad referendum. A Prof.^a Roseli Giudici observou que este PSS foi
361 apresentado como pertencendo ao Campus São Paulo, mas acredita que pertence ao
362 Campus Osasco. Campus Osasco. Área/Subárea Ciências Atuariais/Direito
363 Previdenciário. 01 vaga. Aprovado ad referendum. Área/Subárea Ciências Contábeis /
364 Microeconomia / Macroeconomia Aplicada a Contabilidade. 01 vaga. Aprovado ad
365 referendum. Campus Baixada Santista. Área/Subárea Direito/Direito. 01 vaga.
366 Aprovado ad referendum. Todas as aberturas de Processos Seletivos Simplificados
367 foram aprovadas por unanimidade, com a ressalva de corrigir o PSS de Relações
368 Internacionais, de Campus São Paulo para Osasco. **2.3. Homologações de**
369 **Concursos Públicos. Campus São Paulo.** Área/Subárea Cirurgia/Cirurgia Torácica.
370 01 vaga. 01 aprovado: Ernesto Evangelista Neto. Aprovado ad referendum em
371 07/11/2018. Área/Subárea Pediatria/Gastroenterologia Pediátrica. 01 vaga. 01
372 aprovado: Silvio Kazuo Ogata. **Campus Diadema.** Área/Subárea
373 Microbiologia/Bacteriologia. 01 vaga. 04 aprovados: 1º lugar Rodrigo Cayo da Silva; 2º
374 lugar Monica Larucci Vieira, 3º lugar Diogo Abreu de Meireles, 4º lugar Tiago





375 Palladino Delforno. Aprovado ad referendum em 22/11/2018. As homologações de
376 concursos públicos foram aprovadas por unanimidade. **2.4. Homologação de**
377 **Processos Seletivos Simplificados. Campus São Paulo.** Área/Subárea
378 Farmacologia/Neuropisicofarmacologia. 01 vaga. 01 aprovado: Juliana Carlota Kramer
379 Soares. Aprovado ad referendum em 23/11/2018. Área/Subárea
380 Enfermagem/Enfermagem em Emergência. 01 vaga. 02 aprovados: 1º lugar Naila
381 Albertina de Oliveira. 2º lugar Eduardo Motta de Vasconcelos. Aprovado ad
382 referendum. **Campus Baixada Santista.** Área/Subárea Psicologia/Neurociências. 01
383 vaga. 01 aprovada: Mara Cristina Lofrano do Prado. Aprovado ad referendum.
384 Área/Subárea Terapia Ocupacional/Terapia Ocupacional. 01 vaga. 03 aprovados: 1º
385 lugar Gabriela Souza dos Santos Demarchi, 2º lugar Ana Tereza Costa Galvanese, 3º
386 lugar Beatriz Rocha Moura. Aprovado ad referendum em 22/01/2019. Área/Subárea
387 Nutrição/Ciência de Alimentos. 01 vaga. 01 aprovada: Carolina Yumi Cascão
388 Yoshikawa. Aprovado ad referendum. Campus São José dos Campos. Área/Subárea
389 Matemática/Matemática Aplicada. 01 vaga. 03 aprovados: 1º lugar Cleber Fernando
390 Colle, 2º lugar Renato Vasconcellos Vieira, 3º lugar Igor Mainenti Leal Lopes.
391 Aprovado ad referendum. Todas as homologações de Processos Seletivos Simplificados
392 foram aprovadas por unanimidade. **2.5. Cancelamentos de Concursos Públicos.**
393 **Campus São Paulo.** Área/Subárea Ciências da Saúde - Medicina/Anatomia
394 Patológica. 01 vaga. Motivo: Alteração de subárea do concurso. Área/Subárea nova:
395 Ciências da Saúde - Medicina/Anatomia Patológica - Patologia de Cabeça e Pescoço.
396 Área/Subárea Ciências da Saúde/Educação Especial. 01 vaga. Motivo: Alteração da
397 área e subárea do concurso e dos requisitos do edital. Os cancelamentos foram
398 aprovados por unanimidade. **5. Desdobramentos referentes à implantação da IN**
399 **02/2018 do MPDG.** O presidente falou de uma denúncia que chegou do Ministério
400 Público contra a ProPessoas, segundo a qual a IN 02/2018 não está sendo respeitada,
401 que os servidores continuam em jornada flexibilizada, que a denúncia menciona que
402 servidores que têm filhos na escola devem ter um tempo para se adaptar, mas isso
403 está sendo considerado regra geral. O presidente informou ainda que, no dia 08 de
404 fevereiro do corrente ano, recebeu do Procurador da República o seguinte
405 comunicado: de que confirmava o recebimento do ofício e requisitava, com base nas
406 leis, o envio, no prazo de dez dias úteis, de informações respondendo se a IN 02/2018
407 está sendo implementada e se foi regularizada a jornada de trabalho dos servidores
408 que não deveriam ter tido a jornada flexibilizada conforme orientação da CGU.





409 Informou que a denúncia também menciona os três abonos, coisa que nunca tinha sido
410 levantada na instituição, há trinta anos. Lembrou que, na reunião anterior, pediu para
411 que as pessoas tivessem paciência em relação aos três abonos até a implantação do
412 sistema, informou que foi alterado na consistência o nome de abono para justificativa,
413 que foi feito tudo que poderia ser feito, aqueles setores que não deveriam ter sido
414 flexibilizados de acordo com o apontamento da CGU retornaram à jornada de 40
415 horas, até porque havia um apontamento da CGU antes da instrução normativa. A
416 Conselheira Maria José Conceição mencionou que no final do ano de 2018 as pessoas
417 ficaram apavoradas com a notícia do fim dos abonos, que participou de algumas
418 reuniões nos campi enquanto CIS, que conversou com alguns diretores e confirmou
419 que os abonos estavam mantidos. E que as chefias deveriam concordar com isso e que
420 o conselho não está sendo respeitado. Mencionou ainda que a CIS em reuniões nos
421 campi recebeu a informação de que os abonos estavam sendo usados apenas para os
422 servidores se deslocarem de um campus para o outro e defendeu que o trabalho que os
423 servidores fazem de um campus para o outro é trabalho, abono é a excepcionalidade.
424 Se um servidor se desloca de um campus para outro, para fazer uma atividade
425 profissional, isso não é atividade externa. O presidente disse que nas visitas aos campi
426 sentiu falta das chefias imediatas e que voltará a fazer tais visitas e espera que todos
427 os chefes estejam presentes para que eles tenham uma ideia do que é essa instrução
428 normativa. O Conselheiro Paulo Cesar Pereira Guimarães questionou qual vai ser a
429 postura do conselho diante da normativa, mais uma vez o pró-reitor está trazendo o
430 assunto e questionou se era apenas para passar o que está acontecendo ou se o
431 conselho iria validar alguma coisa ou participar de alguma forma. Afirmou que
432 continua com indignação de não ter participação e com as notícias de chefias tomando
433 atitudes em descompasso com a gestão e que não está havendo cuidado em relação a
434 isso. O presidente afirmou que A IN 02/2018 é para ser colocada em prática, não cabe
435 discussão porque ela tem força de lei. Afirmou ainda que se a gestão não colocar em
436 prática pode sofrer processo por improbidade administrativa. A Conselheira Eliane
437 Lino mencionou o comunicado que está na página do ProPessoas, que dizia que, em
438 relação às ausências justificadas, continuará em vigor a resolução CA Unifesp nº
439 04/2008, especialmente os termos do inciso 03 do artigo 18, que é justamente isso,
440 registrar a ausência ao trabalho para realização de serviços externos devidamente
441 justificados e não superior a três registros. Questionou o que é essa justificação e o
442 que são esses serviços externos e como será respondido um eventual questionamento





443 de órgãos de controle se o chefe utilizar um abono para atividades diferentes de
444 serviços externos. Mencionou ainda que os servidores utilizavam os abonos para
445 justificar as emendas de feriados e recessos e questionou qual será a saída jurídica
446 plausível para não prejudicar ninguém. O presidente pediu para continuar a proceder
447 como sempre procederam até hoje e para esperar mais alguns meses até o sistema
448 entrar em funcionamento. A conselheira sugeriu que a gestão faça como o estado e a
449 prefeitura, que dá seis abonos legais por ano, porque alguns meses tem 31 dias, são
450 seis meses que tem 31 dias, por isso eles dão. E assim coloca-se a situação na
451 legalidade. A Conselheira Prof.^a Dr.^a Sylvia Helena Batista informou que, no caso do
452 Campus Baixada Santista, as chefias não compareceram por equívoco dela, na visita
453 do Pró-Reitor ao campus eles não foram convocados, confirmou que assumiu a
454 responsabilidade de continuar assinando os abonos e que, enquanto o sistema não
455 estiver implantado, continuará valendo a Resolução 04, com a alteração nas
456 consistências, de abono para a expressão ausência justificada com a linha para a
457 justificativa, para que a chefia possa efetivamente ter uma resposta se eventualmente
458 vierem a ser investigados ou cobrados pela nossa responsabilidade administrativa.
459 Frisou a responsabilidade dos diretores acadêmicos de campus e de unidade
460 universitária e mencionou que não quer que isso nos separe como universidade, ainda
461 que discordemos e ainda que tenhamos que implementá-la pela própria
462 responsabilidade que o cargo impõe. Dividiu a frustração com o Conselheiro Paulo
463 Cesar Guimarães, mas afirmou que tem estudado essa norma e achado poucas brechas
464 e como não há uma manifestação da justiça brasileira se vê obrigada a cumprir o que
465 manda a IN 02/2018, mas respeitando o acordo feito: algumas ações só serão
466 implantadas após a implantação do sistema. A Prof.^a Magda Baliero reforçou a fala da
467 Conselheira Sylvia, de que esse foi o compromisso dos diretores das unidades
468 universitárias e dos campi, e afirmou que vê que não há nenhuma imposição que vá
469 contra o abono, só não tem esse nome que não é legal. Afirmou que é contra o termo
470 saída para serviços externos, porque no Campus São Paulo há servidores que fazem
471 preceptoria em outra unidade ou outro hospital, que não está no local de trabalho para
472 bater o ponto, e afirmou que isso é trabalho externo, como por exemplo o tutor de
473 residência aos alunos de graduação. Então, para que não confunda, acha que é
474 importante colocar o título ausência justificada e não serviços externos. A Conselheira
475 Conceição defendeu que a questão da inconstitucionalidade está sendo levada muito
476 ao pé da letra, que desde 1992 nunca houve nenhum apontamento sobre os abonos,





477 que os abonos fazem parte da autonomia universitária, que precisamos fazer as
478 adequações da resolução 04 e que é preciso discutir a definição de serviços externos e
479 ausências justificadas, seja chamando o procurador ou a reitora. E que é impossível o
480 trabalhador trabalhar vinte e dois dias ininterruptos sem ter um problema e sem
481 precisar faltar, que a chefia imediata não pode deixar de cumprir o que foi
482 determinado no conselho e que não estamos fazendo nada ilegal até agora. O
483 Conselheiro Paulo Cesar Pereira Guimarães reforçou que o abono não é ilegal e que,
484 assim como a gestão defende que a normativa tem força de lei, um acordo coletivo
485 também é força de lei, uma vez que é assinado pela gestão, pela reitora, por todo o
486 conselho universitário, que existe na Unifesp um acordo coletivo firmado com o
487 sindicato que abrange todos os servidores e lá está bem clara a concessão de três
488 abonos, tanto na entrada como na saída; que, se alguém da gestão estiver com esse
489 tipo de interpretação, talvez não tenha conhecimento desse documento. Mencionou
490 que foi com base na autonomia universitária que se criou esse acordo de greve e que,
491 se agora se isso tiver que mudar, terá que ser convocado novamente o sindicato, bem
492 como todas as entidades responsáveis, presentes naquela época, para discutir e mudar
493 todos os termos que estão no acordo de greve. Havendo um acordo, aí sim poderá
494 mexer em abonos nesse momento. E que ilegalidade vai ser infringir um acordo
495 coletivo existente dentro da instituição. A Conselheira Eliane Lino questionou sobre a
496 Instrução Normativa 01, de agosto de 2018, que fala sobre o tele trabalho e suas
497 nuances. O Conselheiro Rubens Faria Lima explicou que essa questão está em
498 discussão no FORGEPE, que será necessária uma preparação e que a efetivação do
499 tele trabalho ainda depende da implantação de um sistema de controle. O Ministério
500 do Planejamento vai colocar em discussão a questão dos custos. A Conselheira Sylvia
501 Helena sugeriu a criação de um GT que se debruçasse na implementação do tele
502 trabalho, porque representa para alguns colegas técnicos uma condição fundamental
503 de permanência como servidor público. O presidente afirmou a necessidade de criar
504 uma normativa de como fazer isso, aventou a possibilidade de fazer um piloto de uma
505 pessoa, duas ou três, para depois ver como se comporta. Informou que vai tentar
506 buscar a experiência de outras IFES que já colocaram isso em prática, bem como vai
507 buscar informações do FORGEPE. O Conselheiro Paulo Cesar Guimarães questionou
508 mais uma vez se haverá algum encaminhamento em relação à IN 02/2018 ou se será
509 da parte da gestão apenas um informe. O presidente confirmou que seria só informe,
510 explicou que não tem como colocar em discussão, lembrou que em reunião do





511 sindicato com a reitora ela mesma afirmou que isso não está em discussão e que tem
512 que ser colocado em prática. O que se pode discutir é como a IN 02/2018 será
513 colocada em prática, o que não será simples, principalmente quando for implantado o
514 sistema. A Conselheira Maria José Conceição falou que participou de uma reunião com
515 o DDGP e a reitora sobre o trabalho remoto, no final do ano de 2018, que na ocasião a
516 reitora falou sobre a possibilidade de ter o trabalho remoto, que não tinha uma
517 proposta ainda, mas algumas áreas poderiam pensar em fazer o trabalho remoto. Esse
518 assunto também foi discutido no fórum de carreira em agosto de 2018 e quando a CIS
519 fez reunião nos campi foi uma das maiores reivindicações, e que os servidores estão
520 cobrando que se abra essa discussão, porque já é uma realidade nos institutos
521 federais. É preciso estudar os mecanismos, porque na atual conjuntura em que se
522 encontra isso é permitido e sugeriu montar o GT para discutir. Nada mais havendo a
523 tratar, o presidente encerrou a reunião e, para constar, eu Sara Moreira Gomes,
524 secretária, lavrei a presente ata, que, se aprovada pelos conselheiros, será assinada
525 por mim e pelo Sr. presidente.

526

527

528

529

530

Prof. Dr. Murched Omar Taha
Pró-reitor de Gestão Com Pessoas
Presidente do Conselho de Gestão Com Pessoas

531

532

533

534

535

536

Sara Moreira Gomes
Secretária do Conselho de Gestão Com Pessoas

537

538

539

540

541

542

543

544

